



Número: **0850070-44.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **28/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.687,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO LUIZ NETO (AUTOR)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO) ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23914 659	28/08/2019 14:32	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
23914 678	28/08/2019 14:32	<a href="#">JOAO LUIZ NETO - INICIAL</a>	Documento de Comprovação
23914 680	28/08/2019 14:32	<a href="#">JOAO LUIZ NETO</a>	Documento de Comprovação
23983 542	06/09/2019 11:02	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
27444 136	14/01/2020 14:14	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
27485 199	16/01/2020 06:27	<a href="#">Devolução de Mandado</a>	Devolução de Mandado
27559 224	20/01/2020 14:52	<a href="#">Certidão Oficial de Justiça</a>	Certidão Oficial de Justiça
27559 226	20/01/2020 14:52	<a href="#">LIDER</a>	Devolução de Mandado

ANEXO





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

### **JUSTIÇA GRATUITA**

**JOÃO LUIZ NETO**, brasileiro, solteiro, Profissão: Motorista, inscrito no RG sob o nº 19901581 SSP/PB e CPF de n.º 144.181.424-87, residente e domiciliado na Avenida Celadolfo Massa, 420, Oitizeiro, João Pessoa/PB, Cep: 58088-620, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.

### **1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

## 2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **28/01/2018**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **fratura do rádio distal esquerdo, que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 1.687,50 em 22/01/2019, conforme documentação acostada.**

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as



seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

### **3) DO DIREITO**

#### **3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.



### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexistência de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.**(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”.*** (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)”**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

#### **4) DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

- a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c)** **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
- d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**e)** ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

**f)** por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.687,50

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 02 de agosto de 2019.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**MARIA CINTIA GRILO DA SILVA**  
**OAB/PB 17.295**

**HENDRIX FÉLIX DE ARAÚJO**  
**ESTAGIÁRIO**



### **QUESITOS**

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente cometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

### **ANEXO**

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858



## ***Duarte e Silva Advogados Associados***

*Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05 - Mangabeira, João Pessoa/PB*  
(83) 98832-9676. (83) 99105-5363. (83) 98660-2858.

### **PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"**

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME João Luiz Neto TELEFONE 99.306-3053/9304-5400  
ESTADO CIVIL solteiro PROFISSÃO Motorista  
CPF 146.181.424-84 RG 19901581 ENDEREÇO Avenida  
Cladolfo Norra, 420 - Ditigêiro

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, e ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de econômica mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

### **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**

***Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.***

João Pessoa, 15 de fevereiro de 2018

**(OUTORGANTE)**

João Luiz Neto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
JOAO LUIZ NETO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
19901581 SSP CE

CPF  
144.181.424-87 DATA NASCIMENTO  
17/04/1954

FILIAÇÃO  
NÃO DECLARADO  
ZULMIRA TEREZA DE  
JESUS

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
AD

Nº REGISTRO  
00574848360 VALIDADE  
01/04/2019 1ª HABILITAÇÃO  
13/12/1976

OBSERVAÇÕES  
A 7  
EXERCE ATIV REMUNERADA;

*João Luiz Neto*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO  
10/04/2014

*Rodrigo Carvalho*  
ASSINATURA DO EMISSOR 01411788865  
PB028253493

DETRAN-PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
904093612

PROIBIDO PLASTIFICAR  
904093612

COMPREV PREVIDENCIA S/A  
12 JUL. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA



MARIA DAS DORES DE JESUS  
AV. CELACOLFO MASSA, 422 - CR. ZERO  
JOÃO PESSOA / PB CEP 58088-820 (AG 1)

Emissão: 30/05/2018 Referência: Mai / 2018  
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BOMBA RENDA MONOFÁSICA Q3R230, km25 - Distrito de João Pessoa / PB - CEP 58071-690  
Roteiro: 18-2-807-8540 Nº medidor: 00028136293

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ: 08.035.183/0001-40 Insc. Est.: 16.015.823-4

Nota Fiscal: Conta de Energia Elétrica 14007354644  
Cód. para Dth. Automático: 00005101743

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Mai / 2018	30/05/2018	29/06/2018	64505006468

UC (Unidade Consumidora): 5/518176-3

#### Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.458, de 26 de abril de 2002.  
Basta o aplicativo Energisa ON em qualquer smartphone ou tablet. Você terá acesso à segunda via da conta, mudança de titularidade, informações sobre fatura de energia e diversos outros serviços. Tudo sem precisar sair de casa. Experimente e aproveite essas facilidades.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 30/04/18	Leitura 4005	Data 30/05/18	Leitura 4173	
<b>Demonstrativo</b>				
CC: Descrição	Quantidade (kWh)	Valor Base (R\$)	Alto (R\$)	Esse (R\$)
0601 Consumo até 30kWh-BR	20,00 0,243750	7,31	7,31	0,24
0601 Consumo - 31 a 120kWh-BR	70,00 0,417500	29,25	29,25	0,19
0601 Consumo - 101 a 220kWh-BR	66,00 0,828970	40,74	40,74	0,25
0601 Adic. B. Amarela	1,58	1,58	0,43	0,02
0610 Subsidio	40,84	40,84	11,03	40,84
<b>LANÇAMENTOS E SERVIÇOS</b>				
0907 CONTRIB SERV LUM PUBLICA	9,16	9,16	0,00	0,00
0908 Devolução Subsidio	-55,40	0,00	0,00	0,00

CC: Código de Classificação do Item TOTAL 84,48 119,72 32,32 119,72 0,44 5,41

Média últimos meses (kWh)  
188

**VENCIMENTO**  
07/06/2018

**TOTAL A PAGAR**  
R\$ 94,48

#### Histórico de Consumo (kWh)

170 | 178 | 158 | 178 | 164 | 193 | 172 | 154 | 174 | 143 | 189 | 172  
Mai/17 Jun/17 Jul/17 Ago/17 Set/17 Out/17 Nov/17 Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18

SEPVADO abc6.db7a.4bc1.bdee.49f6.21f6.224c.9075.

#### Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIMENSA	10,82	0,05	NORMAL
TRIMESTRAL	21,25		220
ANUAL	3,30	1,00	CONTRATADA
TRIMESTRAL	6,60		LIMITE SUPERIOR
ANUAL	13,20		221
DMC	3,03	0,05	
SVR	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Servico de Distribuição de Energia	20,57	21,77
Contribuição de Energia	15,44	16,34
Servico de Transmissão	5,16	5,46
Encargos Setoriais	5,70	5,93
Impostos Diretos e Encargos	59,83	63,44
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>94,48</b>	<b>100,00</b>

Valor de ELUC (Ref 3/2018) R\$22,96

#### ATENÇÃO

- Perdas do Roteiro: 10 kWh  
- Sua unidade foi faturada como Bateria Remota, tendo um desconto de R\$28,40

#### Faturas em atraso



**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 01188.01.2018.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01188.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:40 horas do dia 21 de junho de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **João Luiz Neto**, CPF nº 144.181.424-87, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Motorista, filho(a) de Zulmira Tereza de Jesus e Pai Não Declarado, natural de Pocinhos/PB, nascido(a) em 17/04/1954 (64 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Cel. Adolfo massa, Nº 420, bairro Oitizeiro, tendo como ponto de referência Posto Santo Reis, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 99306-3053.

**Dados do(s) Fatos:**

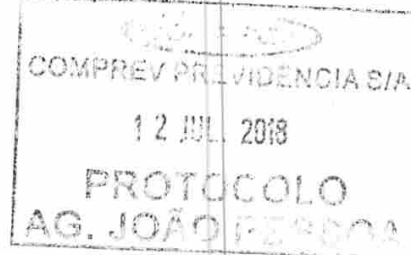
Local: Capitão Francisco, Mercadinho Galo Branco, Galo Branco, Sapé/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 28/01/18 15:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

Local: Capitão Francisco Antonio Pereira, Mercadinho Galo Branco, Galo Branco, Sapé/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 28/01/18 15:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

QUE, segundo o notificante, no dia 28/01/2018, por volta das 15:30 horas, quando transitava na rua: Capitão Francisco Antonio Pereira, na cidade de Sapé/PB; QUE, segundo o notificante na ocasião estaria em um veículo, tipo motocicleta, marca e modelo: HONDA CG 150 FAN ESI, ano e modelo: 2011 de cor preta, placa: OEU 2058/PB, chassi nº 9C2KC1670BR611667, registrado em nome do notificante; QUE TRANSITAVA no endereço acima citado, quando um outro veículo, tipo motocicleta, não sabendo especificar marca e modelo, nem a placa do mesmo, que este saiu de uma rua: Frederico Azanan que é cruzamento da rua que o notificante estava; QUE segundo o notificante este condutor do veículo(moto) saiu sem ter a devida atenção e acabou por colidir na moto do notificante, evadindo-se do local sem prestar socorro; QUE devido ao impacto veio o notificante a cair ao chão; sendo socorrido por terceiro para o hospital Regional de Sapé/PB conforme declaração, datado de 20/02/2018, assinado pelo diretor geral Eduardo da Silva Costa, e em seguida encaminhado através de ambulância para o complexo hospitalar de Mangabeira, sendo diagnosticado como fratura do rádio distal esquerdo, datado de 01/06/2018 e assinado pela Drª Rosângela M. Escorel Almeida-CRM/PB3883. **NÃO QUER REPRESENTAR CRIMINALMENTE.**

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, **expeço a presente Certidão.** A referida é verdade. Dou fé.



Procedimento Policial: 01188.01.2018.1.00.420



SECRETARIA DE ESTADO DA  
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
Delegacia Especializada de Acidentes de  
Veículos da Capital




**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA

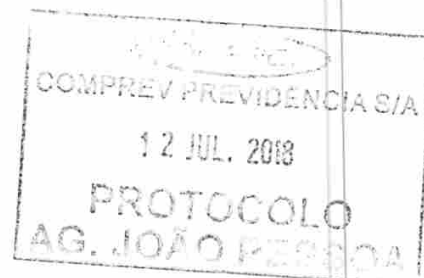


**GOVERNO  
DA PARAÍBA**  
Secretaria de Estado da  
Segurança e da Defesa Social

João Pessoa/PB, 21 de junho de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS  
Agente de Investigação

  
\_\_\_\_\_  
JOÃO LUIZ NETO  
Noticiante



Procedimento Policial: 01188.01.2018.1.00.420

2/2





## CERTIDÃO

Nº. 0799/2018

Atendendo solicitação de MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação da Ficha de atendimento ambulatorial Nº97993 e Prontuário nº 2018.01.003904, pertencentes a **JOAO LUIZ NETO** requerente que foi atendido dia 28/01/2018 às 17H54min, vítima de vítima de queda de moto, apresentando trauma em punho esquerdo.

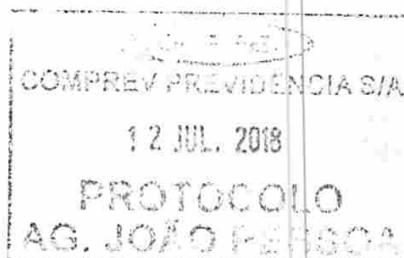
Submetido à avaliação médica que evidenciou fratura do rádio distal esquerdo. Realizado procedimento cirúrgico dia 02/02/2018.

E para constar eu, Rossana de Fatima de Araujo Barbosa, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 01 de junho de 2018

*Rosângela M. Escorel Almeida*  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 3533



**Dra. Arleide Andrade Medeiros**  
**CRM/PB 11.289**

Paciente: JOÃO LUIZ NETO.

**LAUDO MÉDICO.**

O paciente JOÃO LUIZ NETO, foi vítima de acidente de trânsito em 28/01/2018, em decorrência do qual sofreu trauma em membro superior esquerdo, fratura do rádio distal esquerdo.

Conduzido à unidade de saúde, constatada a fratura, o paciente foi submetido a tratamento cirúrgico em 02/02/2018, com a aposição de 3 fios de Kirschner, conforme relatório cirúrgico.

Do exame clínico e dos demais documentos médicos do paciente, vê-se a intensa limitação motora oriundas do trauma sofrido, influenciando para o normal exercício de suas atividades habituais e cotidianas.

CID 10: S 52.2

João Pessoa, 17 de setembro de 2018.

Dra. Arleide Andrade Medeiros  
Médica  
CRM/PB 11.289



Buscar no site



A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para emissão do parecer final e o prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3180547682 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOAO LUIZ NETO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOAO LUIZ NETO

CPF/CNPJ: 14418142487




Posição em 21-01-2019 17:43:14

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, clique aqui ([http://www.seguradoralider.com.br](#)) em contato com você para informar a situação do seu pedido de indenização.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
22/01/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

*João Luiz Neto*

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
19/12/2018	Interrupção de Prazo	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/XE72r9BW9WryCugQz8w9QA?api_key=WC0KGkK1kCRZvGalEW+KKXzar__246PMPCzj4AXGomDc=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/XE72r9BW9WryCugQz8w9QA?api_key=WC0KGkK1kCRZvGalEW+KKXzar__246PMPCzj4AXGomDc=</a> )
23/11/2018	Exigência Documental	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/q8z4K3WrKda7mPQcHJPoU?api_key=WC0KGkK1kCRZvGalEW+KKXzar__246PMPCzj4AXGomDc=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/q8z4K3WrKda7mPQcHJPoU?api_key=WC0KGkK1kCRZvGalEW+KKXzar__246PMPCzj4AXGomDc=</a> )
23/11/2018	Aviso de Sinistro	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/TRJMvs9mDjMcnO9m+6hXs?api_key=WC0KGkK1kCRZvGalEW+KKXzar__246PMPCzj4AXGomDc=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/TRJMvs9mDjMcnO9m+6hXs?api_key=WC0KGkK1kCRZvGalEW+KKXzar__246PMPCzj4AXGomDc=</a> )

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0850070-44.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Inicialmente, defiro a justiça gratuita.

Recebo a inicial vez que presentes os requisitos previstos no art. 319 e seguintes do CPC.

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, vez que se trata de ação de cobrança de DPVAT, onde a Seguradora somente concilia após realização de perícia, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM<sup>1</sup> e calcado direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF).

Cite-se e intime-se (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

Via digitalmente assinada deste *decisum* poderá servir como carta/mandado.



Citações e intimações necessárias. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 30 de agosto de 2019.

Juiz(a) de Direito

<sup>1</sup>Enunciado 35, ENFAM: Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Comarca da Capital**  
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR  
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

**MANDADO DE CITAÇÃO**

Nº DO PROCESSO: 0850070-44.2019.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
A U T O R : J O A O L U I Z N E T O  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Nome:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
**Endereço:** Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estado, 58030-000, João Pessoa.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 14 de janeiro de 2020

De ordem, ROSANGELA HOLANDA DE ARAUJO  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO  
"Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX  
PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO  
"Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



## CERTIDÃO

CERTIFICO que devolvo o presente mandado sem o devido cumprimento em face de não pertencer a zona a qual participo, e sim a zona do Bairro dos Estados. Dou fé.

João Pessoa, 16 janeiro 2020

José do Egito M. Silva

mat. 470.564-5



## **CERTIDÃO**

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, no dia 17/01/2020, às 09h19min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI A SEGURADOR LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade. Dou Fé.

João Pessoa, 17 de janeiro de 2020.

**GIOVANNY MEDEIROS VILLAR**

Oficial de Justiça Avaliador

Mat. 470.252-2





Successfully created

**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Comarca da Capital**  
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR  
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

### MANDADO DE CITAÇÃO

**Nº DO PROCESSO: 0850070-44.2019.8.15.2001**

**CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**

**AUTOR: JOAO LUIZ NETO**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Endereço: Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estado, 58030-000, João Pessoa.**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 14 de janeiro de 2020

De ordem, ROSANGELA HOLANDA DE ARAUJO  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



Assinado eletronicamente por: ROSANGELA HOLANDA DE ARAUJO

14/01/2020 14:14:41

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 27444136



20011414144091600000026485082

MAPFRE Seguros  
Liliani Carneiro  
Emissão Eletrônica  
Tel. (83) 3244-3339

imprimir

16/01/2020 16:58

Assinado eletronicamente por: GIOVANNY MEDEIROS VILLAR - 20/01/2020 14:52:39

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012014523878700000026593078>

Número do documento: 20012014523878700000026593078

Num. 27559226 - Pág. 1

## CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, no dia 17/01/2020, às 09h19min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI A SEGURADOR LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade. Dou Fé.

João Pessoa, 17 de janeiro de 2020.

  
**GIOVANNY MEDEIROS VILLAR**  
Oficial de Justiça Avaliador  
Mat. 470.252-2

